

ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO E FORMAÇÃO DOCENTE: EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS VIVENCIADAS NO CURSO DE GEOGRAFIA

Bartira Araújo da Silva Viana. Doutora em Geografia
Professora associada da Coordenação de Geografia da UFPI

Mugiany Oliveira Brito Portela Doutora em Geografia
Professora adjunta da Coordenação de Geografia da UFPI

Maria da Glória Duarte Ferro Doutora em Educação
Professora associada do Departamento de Fundamentos da Educação da UFPI

Ana Claudia Ramos Sacramento Doutora em Geografia Física
Professora associada Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO

O curso de Geografia na universidade proporciona uma formação que alia os conhecimentos acerca da relação entre sociedade e natureza. Compreende um conhecimento capaz de colaborar para o desenvolvimento de projetos promotores da cidadania com preceitos voltados para o alargamento da visão crítica da realidade social. Nesse mérito, uma das formas de levar ao conhecimento público o que é produzido é a extensão universitária, que representa um dos pilares da formação inicial superior das instituições públicas de ensino. Condiz com os anseios da sociedade em conhecer o que é construído no campo científico, o que colabora para as melhorias das políticas públicas e a prestação de serviços pelos professores e estudantes, a depender da área da extensão. Nesse cenário, o artigo objetiva destacar a importância da implementação das Atividades Curriculares de Extensão (ACE) nos cursos de Licenciatura em Geografia em Instituições de Educação Superior públicas, por meio de relatos de experiência de práticas pedagógicas exitosas e de discussões concernentes à formação docente. Constatou-se, após revisão de literatura e descrição de atividades de extensão realizadas pelo PARFOR de Geografia UFPI e pela UERJ, a necessidade de avançar nos aspectos referentes ao apoio institucional e maior divulgação junto às comunidades envolvidas nas ACEs. Por outro lado, as atividades revelaram-se como momentos de aprendizagem para todos os implicados.

Palavras-chaves: Atividades Curriculares de Extensão; Licenciatura em Geografia; formação docente, práticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

O curso de Licenciatura em Geografia forma profissionais que procuram explicar os fenômenos sociais e naturais em sua simbiose complexa. O que representa compreender os aspectos geológicos, geomorfológicos, climáticos, hidrográficos, expressos em diferentes ecossistemas, ao mesmo tempo em que dialoga e pesquisa os aspectos relativos à população, à produção do espaço urbano e agrário, aos aspectos culturais, dentre outros.

O profissional formado em Geografia tem a pretensão de explicar o mundo pelo lugar de vivência dos alunos, que tem na escola o seu primeiro contato com os conhecimentos científicos dessa disciplina. Nessa compreensão, a presença da Geografia no contexto escolar implica necessariamente na possibilidade das crianças e jovens entenderem os fenômenos que estão ao seu redor, desde uma enchente até a razão para as desigualdades sociais, bem como analisar outras escalas geográficas, por exemplo.

A importância dos conhecimentos geográficos produzidos na universidade tem sido expressa para a sociedade através da extensão universitária, fruto de um intenso movimento de luta, que tem ganhado maior notoriedade após a implementação da Lei nº 13.005/2014, que valorizou as atividades de extensão e sua garantia nos currículos de formação de professores.

Contudo, ainda há muitos desafios para que o sucesso na relação universidade x sociedade seja estabelecido. Podemos mencionar que o desconhecimento sobre o que é extensão universitária e, conseqüentemente, a falta de formação adequada tem contribuído para a incompreensão do nosso lugar institucional, no sentido de garantir que os conhecimentos científicos caminhem como via de mão dupla com os conhecimentos cotidianos.

Nesse sentido, este texto tem como objetivo destacar a importância da implementação das Atividades Curriculares de Extensão (ACE) nos cursos de Licenciatura em Geografia em Instituições de Ensino Superior públicas, por meio de relatos de experiência de práticas pedagógicas exitosas e de discussões concernentes à formação docente. Para tanto, recorreu-se à revisão de literatura e à descrição de atividades de extensão desenvolvidas em duas instituições públicas, a saber: Universidade Federal do Piauí (UFPI) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Na UFPI, os primeiros movimentos rumo à curricularização da extensão ocorreram entre 2018 e 2019, numa articulação entre as Pró-Reitoria de Graduação e Pró-Reitoria de Extensão, sendo regida pela Resolução CEPEX/UFPI n. 053/2019 (Brasil, 2019), que regulamentou a inclusão das Atividades Curriculares de Extensão (ACE) como componente obrigatório nos currículos de cursos de graduação da UFPI, em atendimento à Resolução CNE/MEC n. 7/2018 (Brasil, 2018). A Extensão na UFPI, compreendida como um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e

político, com a intencionalidade transformadora entre universidade e os diversos setores da sociedade. Está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 - 2024 (Brasil, 2014), compreendendo, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos nos cursos de graduação, por meio de programas e projetos de extensão em áreas de pertinência social (UFPI, 2022).

A inserção das Atividades Curriculares de Extensão (ACE). no âmbito do Programa Nacional e Formação e Professores da Educação Básica (PARFOR) da UFPI ocorreu a partir da reformulação dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) de licenciatura para a submissão de propostas institucionais no âmbito do Edital 08/2022 da CAPES.

No curso de Geografia do PARFOR da UFPI, em específico, há 08 (oito) ACEs (UFPI, 2022). Isso significa que é obrigatório para os alunos participarem dessas atividades que somadas à matriz Curricular e outras atribuições, integralizam a carga horária total do curso. As ACEs são atividades designadas aos professores que organizam um Projeto de Trabalho Interdisciplinar (PTI) desenvolvido semestralmente.

A implementação deste Projeto conta com apoio financeiro da CAPES/PARFOR/UFPI, para desenvolver ações pedagógicas a respeito de algum aspecto (social, histórico, cultural, ecológico, etc.) da realidade local do professor cursista, é planejado de forma colaborativa pelos professores formadores, com enfoque nos problemas que as várias disciplinas suscitam, a partir do tema gerador definido para o semestre, tendo como eixo condutor a disciplina integradora.

A UERJ existe o Departamento de Extensão (DEPEXT) o qual coordena e supervisiona os projetos, programas e cursos de extensão que são cadastrados dentro das unidades acadêmicas com diferentes atividades e eventos educativos, artísticos e socioculturais atendendo a população do estado do Rio de Janeiro, com atividades momentos financiadas e momentos não financiadas, por meio de sua Pró-Reitoria de Extensão (PR3).

Para atender a solicitação da Resolução CNE/MEC n. 7/2018 (Brasil, 2018), a UERJ atualmente está passando pelo processo de Curricularização da Extensão de acordo com a Deliberação nº 04/2023 (UERJ, 2023), tendo alguns cursos já implementados, e outros não, o caso da Geografia, até a finalização deste texto, em processo de finalização.

No Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia da Faculdade de Formação de Professores (FFP), campus São Gonçalo-RJ existe em seu texto, a dimensão da extensão nas práticas a serem desempenhadas pelo curso (Departamento de Geografia, 2006). Desta maneira, além dos Projetos e Cursos de extensão ministrados pelo departamento, em nossas disciplinas desenvolvimentos atividades extensionistas.

Com o propósito de apresentar as experiências com a extensão que tivemos, o presente texto não pretende impor um caminho para outras atividades semelhantes, entretanto, espera-se que os leitores se motivem a pensar em como realizar atividades junto às comunidades, fora dos muros da universidade.

A ATIVIDADE DE EXTENSÃO COMO BASE PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA

A base legal para implementação das Atividades Curriculares de Extensão nos cursos de graduação das Instituições de Educação Superior (IES) é o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, nos termos do Art. 207 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), que reafirma a extensão universitária como processo acadêmico.

A extensão universitária já estava presente no Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010), que previa a implantação do Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), no quadriênio 2001-2004 (Brasil, 2001). Tal proposição foi reafirmada pela Lei nº 13.005/2014, que aprovou o PNE (2014-2024) e assegurou o mínimo de 10% (dez por cento) da carga horária do curso para as atividades extensionistas, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos e orientar-se, prioritariamente, em áreas de grande pertinência social (Brasil, 2014).

Ao buscarmos uma definição para a extensão universitária, convém lembrar de alguns marcos históricos que a envolveu. Até a década de 1980, mesmo tendo sido sancionada a LDB de 1961, a extensão universitária foi pouco conhecida e muito menos promovida. Os movimentos sociais e a luta pela igualdade social mobilizaram o engajamento pelo direito à educação, o qual foi firmado com a Constituição de 1988, que no seu Art. 207 expressa a seguinte garantia: “As universidades gozam, na forma da lei, de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e

patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988).

Propor a indissociabilidade significa atribuir à extensão função semelhante ao ensino e a pesquisa. Uma das justificativas está no princípio da formação cidadã que visa a inclusão da sociedade e a oferta dos benefícios oriundos das pesquisas para as pessoas, bem como, entendê-la na perspectiva educativa e formativa. Trata-se de uma aproximação entre quem produz ciência e quem produz o conhecimento cotidiano, sem demérito algum. Pelo contrário, as experiências em torno da extensão revelam o quanto é possível aprender com as mais diferentes comunidades, em igual medida as comunidades que recebem a universidade se beneficiam.

No ano de 1996, a Lei de Diretrizes e Base da Educação, no seu Art. 43, coloca no inciso VIII (Brasil, 1996), que a finalidade do ensino superior dentre outras prerrogativas em relação a Educação Básica é “a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares”.

Conforme histórico apresentado pelas Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira (Brasil, 2018), em 1987, na Universidade de Brasília (UnB), o I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, criou o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), que dentre as várias deliberações, definiu a extensão universitária como:

O processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. [...] uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como conseqüências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade (FORPROEX, 2006, p. 21 citado por Brasil, 2018).

Apenas no ano de 2003, o governo federal criou através do MEC (Ministério de Educação) o Programa Nacional de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT). O objetivo é apoiar as instituições de ensino superior no desenvolvimento de programas

de extensão, em especial, os que contribuem para a implementação de políticas públicas para inclusão social (Brasil, MEC, 2024). O incentivo financeiro tem contribuído para que haja mais parcerias entre os estados, municípios e comunidades, contudo, a extensão sem financiamento tem sido a predominante.

Os cursos de extensão são capazes de, através da experiência, da vivência construir saberes que auxiliam na construção do conhecimento. Em outros termos, a extensão contribui para a aproximação entre as pessoas, à guisa da fundamentação da vida em sociedade, que cada vez mais volta seu olhar para as universidades, a procura de soluções para diferentes problemáticas, comuns no mundo globalizado.

A extensão universitária, embora com aparato legal, ratificado pela luta dos professores pesquisadores, ainda precisa ser melhor consolidada. Como professoras universitárias, sabemos das dificuldades para sairmos dos muros de nossas instituições. O que prevalece é a falta de apoio financeiro, falta de suporte em infraestrutura, ausência de transporte para deslocamento dos professores e alunos até as comunidades ou locais em que a extensão irá se efetivar. Não à toa, o Fórum Nacional de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) defende que os problemas que aparecem diante das universidades,

[..] Tem, pelo menos, três componentes reais e cada vez mais perigosos: I) os currículos fechados entre quatro paredes, em que os estudantes necessitam cumprir uma carga horária estruturada em créditos, sendo muitos obrigatórios e poucos eletivos; II) o acomodamento tanto docente quanto discente; e III) a própria estrutura universitária, que se coloca distante do cotidiano, dos movimentos sociais e das demandas gerais da sociedade (Deus, 2000, p. 18).

As considerações em torno das Atividades de extensão são significativas quando se trata da formação inicial de professores. No caso da formação em Geografia, o conhecimento sobre as diferenças étnicas, culturais, socioeconômicas permeiam a base para a crítica em torno do que é produzido no espaço geográfico, isto é, o lugar transformado pela sociedade.

Conforme Portela (2023, p.132), “a evocação ao espaço vivido pelos professores que medeiam conhecimentos relativos ao ensino de Geografia, ocorre por estimular problematizações do cotidiano dos alunos”. O futuro professor de Geografia deverá ter este compromisso social. Nesse propósito, levar os alunos da graduação para “fora dos muros da universidade” é um avanço para o processo formativo, que

implica necessariamente em como irão desenvolver suas concepções sobre a sua profissionalização e o exercício da docência, o que ficou muito evidente nas duas instituições que realizaram as atividades de extensão que serão descritas a seguir.

EXPERIÊNCIA DO CURSO DE GEOGRAFIA DO PARFOR NA UFPI: AÇÕES DE APROXIMAÇÃO ENTRE ESPAÇO ACADÊMICO E LÓCUS DE ATUAÇÃO DOCENTE

As Atividades Curriculares de Extensão (ACE) do curso de Geografia do PARFOR na UFPI são organizadas a partir de diversas temáticas (Quadro 1), tais como: educação ambiental, gênero e sexualidade, processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; os direitos das crianças e adolescentes; a educação para o trânsito; a educação alimentar e nutricional; a educação em direitos humanos; a educação digital, bem como o tratamento adequado da temática da diversidade cultural, étnica, linguística e epistêmica, na perspectiva do desenvolvimento de práticas educativas ancoradas no interculturalismo e no respeito ao caráter pluriétnico e plurilíngue da sociedade brasileira (UFPI, 2022).

Quadro 1 – Organização das Atividades Curriculares de Extensão (ACE) dos cursos de Geografia do PARFOR na UFPI

Período	Carga horária 1ª lic.	Carga horária 2ª lic.	Eixo temático
1º	15 h	30 h	Ética e Relações étnico-raciais
2º	15 h	30 h	Ciência e tecnologia
3º	15 h	45 h	Meio Ambiente, Educação Ambiental e Educação para o consumo
4º	15 h	45 h	Cidadania e Civismo, Vida Familiar e Social, Educação para o Trânsito, Educação em Direitos Humanos, Direitos da Criança e do Adolescente, Processo de Envelhecimento, respeito e valorização do Idoso
5º	30 h	45 h	Multiculturalismo, Diversidade Cultural, Educação para a valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras
6º	30 h	45 h	Orientação Sexual
7º	30 h	45 h	Saúde, Educação Alimentar e Nutricional
8º	30 h	45 h	Economia, Trabalho, Educação Financeira e Educação Fiscal
Total	180	330	

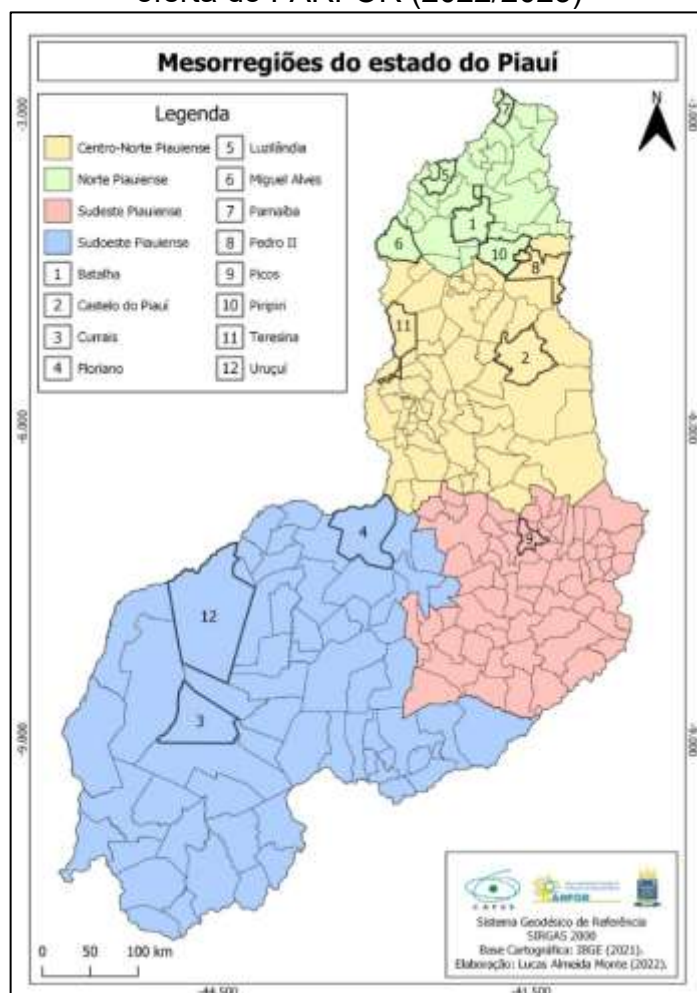
Fonte: UFPI (2020).

As ACEs foram escolhidas como disciplinas integradoras ao longo dos oito semestres letivos que integram o percurso formativo do curso, pela maior porosidade e possibilidade de integração dos conteúdos entre as demais disciplinas que compõem a matriz curricular em cada semestre e, conseqüentemente, pela viabilidade de garantia da relação orgânica entre teoria e prática, concretizada pela estreita vinculação entre o espaço acadêmico e o *lócus* de atuação docente (a escola básica) e pela possibilidade de fortalecer a indissociabilidade entre as funções essenciais da Universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Assim, em cada semestre letivo, há uma disciplina integradora que promove a articulação entre os conteúdos das diferentes áreas temáticas e a prática pedagógica do professor cursista, tomando como eixo temático um dos temas transversais contemporâneos. O professor responsável pela disciplina integradora em cada semestre faz a articulação do trabalho interdisciplinar e será intitulado professor articulador, cujo papel é coordenar os demais professores do bloco e articular o trabalho de pesquisa para a realização de atividades propostas pelos professores das demais disciplinas do semestre. Em síntese, sua função é a de ser o articulador do Projeto de Trabalho Interdisciplinar (PTI), mantendo contato constante com os professores das outras disciplinas, auxiliando-os na consecução das atividades referentes ao trabalho. Os demais professores são denominados orientadores (UFPI, 2022).

Nos cursos de Geografia do PARFOR na UFPI, as Atividades Curriculares de Extensão são definidas como componentes curriculares, ofertados em forma de disciplina na matriz curricular dada a especificidade do PARFOR, com carga horária de 15h e 30h nos cursos de 2º Licenciatura, que funcionam nos municípios polos de Batalha e Castelo do Piauí; ou carga horária de 30h e 45h, nos cursos de 1º Licenciatura que funcionam nos municípios polos de Currais e Miguel Alves (Figura 1), abrangendo atividades desenvolvidas por discentes, relacionadas a cursos, eventos, prestação de serviços, projetos e programas, incluindo os previstos em programas institucionais e de natureza governamental que atendam a políticas municipais, estaduais ou federais, destinadas à comunidade externa à UFPI.

Figura 1 – Mesorregiões geográficas piauienses e municípios com proposta de oferta do PARFOR (2022/2023)



Fonte: IBGE (2021). In: UFPI (2022).

As ACE têm por objetivos: I - reafirmar a articulação universidade/sociedade, contribuindo para o cumprimento de seu compromisso social; II – fortalecer a indissociabilidade entre as funções essenciais da Universidade: ensino, pesquisa e extensão; III – contribuir para a melhoria da qualidade da formação acadêmica dos cursos de graduação; IV – estimular a busca de novos objetos de investigação e de inovação, bem como o desenvolvimento tecnológico a partir do contato com problemas da comunidade e da sociedade; V – compartilhar conhecimentos, saberes e práticas no campo das ciências, da cultura, da tecnologia e das artes (UFPI, 2018). O Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão do PARFOR da UFPI estabelece que:

i) O curso de Licenciatura em Geografia deverá obrigatoriamente oferecer, no mínimo, uma ACE a cada semestre, conforme calendário acadêmico e resoluções que regulamentam as atividades de extensão na UFPI; ii) Os alunos do curso de Licenciatura em Geografia deverão, obrigatoriamente, atuar na organização ou execução de uma ACE semestralmente (quando regularmente matriculado) até integralizar o total de 405h definido neste PPC; iii) Os programas, projetos, cursos e eventos devem contemplar um conjunto articulado de ações, pedagógicas, de caráter teórico e prático, que favoreçam a socialização e a apropriação, pela comunidade, de conhecimentos produzidos na Universidade, ou fora dela, de forma presencial ou a distância, contribuindo para uma maior articulação entre o saber acadêmico e as práticas sociais; iv) As ACE devem ser desenvolvidas por meio de metodologias participativas, no formato investigação-ação (ou pesquisa-ação), que priorizam métodos de análise inovadores, a participação dos atores sociais e o diálogo; v) Os programas, projetos, cursos e eventos de extensão ofertados por meio de disciplinas do currículo de cada curso de graduação devem ser cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão (PREX), após sua prévia aprovação pela instância de vínculo direto dos docentes responsáveis pelo componente curricular (disciplina); vi) As ACE devem estar em consonância com a especificidade formativa de cada curso e envolver diversidade de ações (UFPI, 2022, p. 115).

Assim, as Atividades Curriculares de Extensão do PARFOR da UFPI são realizadas visando a interação transformadora entre a Universidade e a sociedade, com vistas ao desenvolvimento mútuo, contribuindo sobremaneira com o processo formativo dos acadêmicos, como a produção e a socialização de saberes e tecnologias e a minimização/superação dos diversos segmentos sociais do estado do Piauí, em especial aqueles de maior vulnerabilidade social. Essas ações geram uma relação dialógica de troca de saberes e de impacto social entre a academia e a comunidade, propiciando transformações sociais mútuas e inclusão social.

EXPERIÊNCIA DA GEOGRAFIA NA UERJ: METODOLOGIAS DE ATIVIDADES PARA A FORMAÇÃO INICIAL DOS LICENCIANDOS

Como já destacado, o Curso de Licenciatura em Geografia da (UERJ-FFP) desenvolve diferentes projetos de extensão pelo estado do Rio de Janeiro, tanto nas escolas, como em movimentos sociais, associações e outros espaços não educativos. Os projetos têm um coordenador principal e professores como membros parte da equipe, desta maneira, todos estão envolvidos em algum projeto conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Projetos Cadastrados do Departamento de Geografia (UERJ-FFP) no DEPEXT

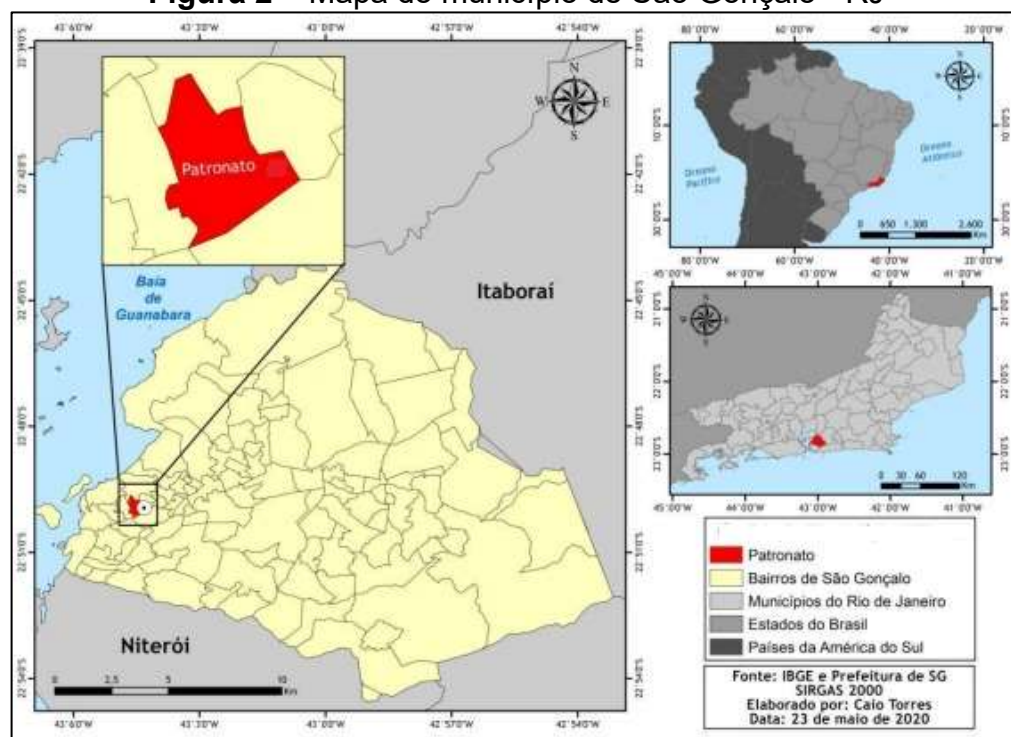
Nome do Projeto	Coordenador	Bolsa
A Geografia que se ensina no Saber para Mudar: pré-vestibular popular no leste metropolitano	Astrogildo Luiz da França Filho	Sem bolsa
Atlas Escolar Participativo do Município de São João de Meriti-RJ	João Marçal Bodê de Moraes	Sem bolsa
Bibliotecas Populares nos Assentamentos Rurais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro	Paulo Roberto Raposo Alentejano	Com bolsa
Cartografia para crianças: Uma proposta para a alfabetização cartográfica	Isabella Habib Canaan da Silva	Sem bolsa
Imagens da renovação- produção de vídeos sobre a contribuição teórico do Movimento de Renovação Crítica da Geografia	Charles da França Antunes	Sem bolsa
Memória das lutas pela terra no estado do Rio de Janeiro	Paulo Roberto Raposo Alentejano	Sem bolsa
Oficinas escolares de geografia: diferentes ações didáticas	João Marçal Bodê de Moraes e Ana Claudia Ramos Sacramento	Com bolsa
Pescando por meio de Redes Sociais: promoção e facilitação de pescadores artesanais aos direitos e políticas públicas para capacitação de organização social	Cátia Antônia da Silva	Com bolsa
Revista Tamoios - revista do Departamento de Geografia –FFP	Matheus da Silveira Grandi	Com bolsa
Veias abertas em São Gonçalo: o cinema latino-americano em vista para o Leste Metropolitano do RJ	Astrogildo Luiz da França Filho	Sem bolsa

Fonte: DEPEXT (2024).

Desta maneira, neste texto será apresentado um dos projetos cadastrados, articulando ensino, pesquisa e extensão “Oficinas Escolares de Geografia: diferentes ações didáticas”. Em texto anterior Sacramento (2023) destacamos a importância de desenvolvermos práticas com licenciandos a fim de construir diferentes dinâmicas no processo de construção de sua identidade profissional, principalmente quando vários discentes nos questionam: “Qual seria o momento em que eles fariam atividades com os estudantes da educação básica?” Assim, inicia-se a preocupação em pensar uma formação que articulasse os conceitos, conteúdos e metodologias trabalhadas durante as disciplinas de Metodologia e Práticas Pedagógicas da Geografia e Análise e Produção de Materiais didáticos, as quais são ministradas pelo Departamento de Geografia (3º e 4º períodos) da Faculdade de Formação de Professores (FFP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), campus São Gonçalo.

O campus se localiza no município de São Gonçalo ao leste da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro (Figura 2). Atualmente, este município tem 882 mil habitantes, com uma população pobre e desigual, como a maioria das cidades brasileiras, apresentando grandes problemas a respeito de questões urbanas e ambientais. Isto se deveu ao rápido desenvolvimento urbano, ao crescimento populacional, a falta de investimentos em obras de infraestrutura o que impacta na vida cotidiana dos estudantes. A universidade é a única pública no município e recebe estudantes de vários municípios da região metropolitana, tendo em vista ser a segunda maior unidade da UERJ.

Figura 2 – Mapa do município de São Gonçalo - RJ



Fonte: Laboratório de Geociências da Faculdade de Formação de Professores (2020). Elaboração: Caio Torres (2020).

A Faculdade de Formação de Professores (FFP) tem seis cursos de licenciatura plena com sete habilitações: Pedagogia, História, Geografia, Matemática, Letras (Português/Literatura e Português/Inglês) e Biologia, três cursos de especialização, nove mestrados – quatro acadêmicos e três profissionais e dois doutorados (Educação e História). A unidade tem aproximadamente 2000 estudantes vindos de diferentes partes da Região Metropolitana e do interior do Rio de Janeiro. Desta maneira, torna-se relevante construir articulação para que esses estudantes possam

articular a teoria e a prática para uma aprendizagem significativa do sentido de compreender o que é ser professor.

Em 2016 houve a criação do Projeto de Extensão - Oficinas escolares de Geografia: diferentes ações didáticas cadastradas no Departamento de Extensão da referida universidade para poder desenvolver melhor a relação entre pesquisa, extenso e ensino. O objetivo do projeto é promover diferentes tipos de atividades com estudantes das escolas públicas e privadas e com professores, como: oficinas, trabalhos de campo, capacitações e palestras, dentre outros. Desta maneira, pode-se contar também com os Grupos de Pesquisa das diferentes áreas de habilitações, os quais têm trazido suas pesquisas e mobilizado também a construção do ser docente para os estudantes nas suas pesquisas (Sacramento, 2023).

Para tanto, como mobilizamos as ações? Nas primeiras aulas das disciplinas conversa-se com os licenciando sobre a proposta de desenvolver um conjunto articulado de atividades didáticas dentro da escola pública ou privada, da universidade ou de outros espaços, para que eles possam ter a primeira vivência com estudantes e professores da educação básica na relação de ensino e aprendizagem.

São realizados contatos com as escolas ou elas também nos contatam para organização de propostas de atividades que contribuam para a aprendizagem do estudante da escola básica, mas principalmente, para a formação dos futuros professores.

O que significa promover um conjunto de atividades de planejamento com os licenciandos nas dinâmicas de sua formação inicial docente, levando em consideração os processos e os movimentos críticos na construção de autoria e autonomia do conhecimento e de seu agir pedagógico?

Ao longo do semestre os estudantes recebem os temas solicitados pelas escolas, para organizarem oficinas dentro das escolas, mediante as informações: a) tema solicitado; b) ano; c) número de estudantes; d) discussão da metodologia a ser desenvolvida; e) preenchimento da oficina escrita; f) recursos e atividades. Cada grupo estrutura sua oficina e depois debate momentos em conjunto na sala de aula, momentos individualmente como pensaram as atividades. Em relação aos grupos de pesquisa que também estão no desenvolvimento das atividades, os bolsistas e/ou coordenadores, conversam sobre as propostas e busca-se auxiliar para que a atividade seja feita de acordo com as necessidades dos anos escolares.

Existe outro movimento: da vinda das escolas até a universidade. As escolas nos contatam pedindo a realização de atividades. São agendados dia e horário, para visitar as instalações da unidade, bem como a construção de propostas didáticas a partir das solicitações dos professores das escolas. Toda essa dinâmica é articulada com os bolsistas dos projetos e com os estudantes das disciplinas.

Outra atividade são os trabalhos de campos desenvolvidos, tanto para os estudantes das escolas básicas como para capacitação com os professores das redes públicas e privada. O objetivo central é possibilitá-los conhecer diferentes lugares a partir dos conteúdos ministrados em sala de aula para que eles possam saber descrever, identificar, conhecer, reconhecer, investigar, compreender e analisar os diversos fenômenos geográficos a fim de desenvolver o pensamento geográfico.

As formações para os professores é outro processo dentro da extensão, na qual objetiva-se dialogar com eles a fim de qualificar suas ações pedagógicas nos espaços educativos. A ideia é assegurar diferentes propostas para que eles possam atuar mais preparados e atualizados e garantir uma educação de qualidade para seus estudantes. Os temas são escolhidos pelos professores, a partir de suas necessidades. Realizamos com eles: palestras, cursos, minicursos, trabalhos de campo como maneiras de desenvolver a formação em exercício. Essas formações são organizadas por mestrandos, doutorandos, professores da escola básica, professores universitários e pelos licenciandos, a partir do seu tema de pesquisa.

As atividades são combinadas com a direção e coordenação pedagógica das escolas de fazer uma ação conjunta em toda escola para o desenvolvimento das atividades, no caso das oficinas, assim tanto os estudantes como os professores, tendo a capacitação, estão realizando as atividades ao mesmo tempo. Os estudantes chegam com antecedência para saber se está tudo organizado para iniciar as atividades. Sendo assim, os professores também tem o momento de capacitação com palestras com mestrandos, doutorandos e professores universitários dependendo do tema escolhido para tal finalidade. Desta forma, os licenciandos ficam sozinhos com os estudantes da escola, tendo que saber gerenciar aquele momento.

A coordenação responsável pela atividade, bem como os professores coordenadores dos grupos de pesquisa, geralmente os acompanha para observar as dinâmicas realizadas por eles ao longo do tempo na escola. Desta maneira, nos

atentamos para questões que aparecerem no momento para ajudar a gerenciar os espaços.

As atividades de oficinas também são desenvolvidas dentro da Faculdade de Formação de Professores, pois acreditamos que os estudantes da escola pública precisam conhecer outros espaços de formação, sendo importante esse contato externo. Assim, queremos com isso que esses estudantes possam: a) conhecer a unidade e o funcionamento de uma universidade; b) ter a interação dentro do espaço; c) aprender conhecimentos com diferentes propostas didáticas e, d) compreender a importância desse espaço na cidade. No caso dos licenciandos buscamos com essas atividades criar mais uma possibilidade da autoria docente na construção das oficinas e interação com os estudantes.

Esse processo e movimento crítico do fazer pedagógico é parte da construção da identidade profissional e procuramos dinamizar dentro dessa formação docente. A partir disso, os estudantes recebem orientações finais, depois os diálogos sobre a produção das atividades, para a preparação para a sala de aula ou para os outros espaços de aprendizagem, como na universidade (Sacramento, 2023).

Durante as próprias atividades, a coordenação busca conversar com os estudantes para saber se estão gostando das dinâmicas. Às vezes são feitas intervenções, mas geralmente no final delas, existe um diálogo para fazer uma avaliação coletiva da turma com os licenciandos.

Depois disso, existem os diálogos na sala de aula e entre os grupos de pesquisa para compreender as percepções dos licenciandos mediante as atividades realizadas nos espaços de interação. Essa etapa é importante para a reflexão dos processos e dos movimentos constituídos por eles ao longo de toda dinâmica da autoria e da identidade se vão se construindo nas diferentes formas de entendimento sobre o saber inicial docente (Maia *et al.*, 2020).

Destarte, este momento se torna importante para o estudante compreender a construção de estratégias de atividades didáticas para desenvolver uma prática reflexiva para que possa reconhecer as dimensões dessa autoria. Assim, a formação de professores assume a práxis pedagógica passando a ser realizada cotidianamente da escola enquanto um processo permanente e de autoria.

CONCLUSÃO

Propomo-nos a destacar a importância da implementação das Atividades Curriculares de Extensão (ACE) por meio de experiências e práticas exitosas de formação docente nos cursos de Licenciatura em Geografia. Para tanto, recorreremos à literatura pertinente e à descrição de atividades de extensão desenvolvidas no contexto de duas instituições públicas: a Universidade Federal do Piauí (UFPI) e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

No curso de Geografia do PARFOR na UFPI, a inserção das ACE ocorreu a partir da reformulação dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) para a participação no certame de oferta de novas turmas no âmbito do Edital 08/2022 da CAPES e são ofertadas como componentes curriculares, em forma de disciplina integradas à matriz curricular, englobando temáticas sensíveis ao contexto social da atualidade como ética e relações étnico-raciais; ciência, tecnologia e inovação; meio ambiente; cidadania e civismo; educação em direitos humanos; multiculturalismo; diversidade cultural; orientação sexual; saúde, dentre outros.

Nas experiências realizadas na UFPI, em cada município de oferta do curso de Geografia (Batalha, Castelo do Piauí, Currais e Miguel Alves), notamos que o desenvolvimento das ACE tem contribuído para que os alunos possam mobilizar temáticas que são valiosas na compreensão crítica da realidade social, mas que, por vezes, não são amplamente discutidas em sua realidade local. Percebemos também que o engajamento dos cursistas na desenvoltura de ações que ultrapassam os muros universitários é fortalecido à medida que eles se sentem parte do processo de transformação social tão necessária à comunidade na qual estão inseridos.

Na UERJ, a curricularização da extensão está em processo de desenvolvimento e conclusão, entretanto existe o Departamento responsável pelas atividades e eventos os quais são desenvolvidos com ampla e ativa participação dos estudantes, num verdadeiro movimento crítico do fazer pedagógico, que é parte do processo de formação e construção da identidade profissional docente. Desta maneira, busca-se o desenvolvimento de autonomia e autoria docente para que os futuros docentes possam construir suas propostas e materiais didáticos a partir das dinâmicas socioespaciais locais.

A realização de projetos de extensão mobiliza os licenciandos para estar em contato com diferentes grupos sociais o que permitem refletir sobre o exercício do diálogo e do trabalho coletivo, bem como os diferentes desafios que os futuros profissionais podem enfrentar nos diversos espaços onde estarão presentes.

Deste modo, alertamos para a necessidade de avanço no tocante a apoio institucional e ampla divulgação junto às comunidades envolvidas nas ações extensionistas, posto que as atividades se revelaram como momentos de aprendizagem para todos os agentes implicados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências, Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 20 jul. 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.172**, de 9 de janeiro de 2001, aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 22.mar.2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional., Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

BRASIL. Portaria nº 1.350, de 14 de dezembro de 2018. institui as Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, p. 34, 17 dez. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pec-g/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/84291-extensao-na-educacao-superior-brasileira>. Acesso em: 20 mar. 2024

DEUS, Sandra de. **Extensão universitária: trajetórias e desafios**. Santa Maria, RS: Ed. PRE-UFSM, 2020. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/222-ufsm-publica-e-book-da-prof-sandra-de-deus-sobre-extensao-universitaria>. Acesso em: 20 mar. 2024.

MAIA, Juliana de Oliveira *et al.* Autoria docente: um esquema de análise no ensino de Ciências. **Educação em Revista**, n. 36, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edir/a/wDhcSXP8cMMsDmzxpRSKH>. Acesso em: 20 maio 2023.

PORTELA, Mugiany Oliveira Brito. A BNCC como orientador curricular para o ensino de Geografia: a relação entre os currículos, o PPP e a autonomia docente. In: Rosa,

Cláudia do Carmo; Pires, Lucineide Mendes Pires; Portela, Mugiany Oliveira Brito (org.). **Currículo e ensino de Geografia**. Sobral: Ce, Sertão Cult, 2023.

SACRAMENTO, Ana Cláudia Ramos. Formação em movimento dos estudantes de licenciatura da Faculdade de Formação de Professores-UERJ-RJ. **Formação em Movimento**, v. 5, p. 1-18, 2023.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ). **Projeto Político Pedagógico do curso de Geografia da Licenciatura**. São Gonçalo: Faculdade de Formação de Professores - Departamento de Geografia, 2006.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ). **Deliberação Nº 04/2023 Dispõe sobre a inserção curricular da extensão nos cursos de graduação da UERJ e dá outras providências**. Rio de Janeiro: Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Geografia da UFPI**. Teresina, PI: UFPI, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI. Programa Nacional e Formação e Professores da Educação Básica (PARFOR). **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia**. Teresina, PI: UFPI, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI n. 53**, de 12 de abril de 2019, que regulamenta a inclusão das Atividades Curriculares de Extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI. Teresina, PI: UFPI, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI. **Resolução CONSUN/UFPI n. 20**, de 29 de junho de 2020, que aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2024). Teresina, PI: UFPI, 2020.